

## PAISAGISMO

# A CONVENÇÃO EUROPEIA DA PAISAGEM

A Convenção Europeia da Paisagem (CEP) é o primeiro tratado internacional exclusivamente dedicado à paisagem. Ele desencadeou importante renovação conceitual, administrativa e metodológica na abordagem da paisagem. Em vigor desde março de 2004, o tratado foi construído a partir da constatação de que era necessário elaborar um instrumento legal dedicado exclusivamente à proteção, gestão e ordenação de todas as paisagens europeias. Mas, a que se refere esse novo conceito de paisagem?

Ao contrário do que poderia considerar o senso comum, a paisagem não se refere apenas àqueles cenários notáveis, seja no campo ou nas cidades. De acordo com a Convenção, paisagem “designa uma parte do território, tal como é apreendida pela população, cujo caráter resulta da interação de fatores naturais e/ou humanos”. O texto também estabelece que todas as pessoas têm direito a uma paisagem de qualidade e inclui, no âmbito de aplicação de suas políticas, o território em toda sua totalidade, incidindo sobre as áreas naturais, rurais, urbanas e periurbanas. Refere-se tanto às paisagens que possam ser consideradas excepcionais como aquelas da vida cotidiana e inclusive as ordinárias e degradadas.



Antiga base aérea que foi recuperada e transformada em parque na Polônia, é exemplo de paisagem revitalizada

**PRIMEIROS RESULTADOS** A ratificação da Convenção possibilitou a criação de centros de estudo dedicados ao tema, bem como a elaboração de documentos de análise específicos. Os catálogos da paisagem desenvolvidos pelo Observatori del Paisatge, da Catalunha-Espanha, bem como os *Atlas da paisagem*, do Ministério de Ecologia, do Desenvolvimento Sustentável e de Energia são exemplos nesse sentido. Eles são concebidos como documentos de conhecimento da paisagem e têm, entre outros, o objetivo de identificá-las, analisar as dinâmicas e as pressões às quais estão sujeitas, acompanhar suas transformações; caracterizá-las e avaliá-las inclusive segundo as demandas e os valores que lhe são atribuídos pelos atores intervenientes e pela população nela interessada.

Tratando dessa última questão, outra iniciativa importante da Convenção, buscando incluir a participação ativa dos interessados numa paisagem específica, foi a criação dos “objetivos de qualidade paisagística” o que supõe a formulação – pelas autoridades competentes – daquelas aspirações das populações relativas às características da paisagem do seu âmbito de vida. Além de respeitar os recursos da paisagem, buscar compreender seus processos, sua percepção pela população e fomentar a governança pública.

A Convenção também organiza a cooperação europeia no sentido de sensibilizar a sociedade civil, empresas públicas, privadas e autoridades sobre o valor das paisagens.

No âmbito da educação cada uma das partes signatárias da Conven-



Vista do rio canalizado em contato com a praia da Freguesia de Caxias em Portugal

ção compromete-se a incentivar a formação de especialistas nos domínios do conhecimento e intervenção na paisagem; promover programas de formação interdisciplinar em política, proteção e gestão e ordenação da paisagem nos setores público e privado: promover cursos em âmbito escolar e universitário que abordem valores ligados às paisagens e às questões relativas à sua proteção, gestão e ordenação. Também se instituiu o “Prêmio da Paisagem”, destinado àquelas iniciativas eficazes do ponto de vista da sustentabilidade ou no estabelecimento de políticas de proteção, gestão ou ordenação de suas paisagens (ver box).

**FRAGILIDADE DA PAISAGEM** A Convenção Europeia da Paisagem vem promovendo o desenvolvimento sustentável, estabelecendo uma relação equilibrada e harmônica entre as necessidades sociais, as atividades econômicas e o ambiente. Nesse sentido ela busca transcender ideias ainda predo-

através de figuras jurídicas diversas – determinadas porções do território especialmente valiosas pela sua riqueza ecológica ou patrimonial, hoje é necessário ir mais longe e superar essa visão protetora da

minantes sobre a paisagem, cujo foco está mais nas suas singularidades do que em seu conjunto. No artigo “El retorno al paisaje” (Barcelona, 2010), o geógrafo Joan Nogué destaca que, se nossa consciência ambiental ou cultural permitiu proteger –

paisagem sob forma de manchas de óleo, ou seja, de espaços protegidos dispersos pelo território e, no melhor dos casos conectados por corredores biológicos. Segundo ele, isso é fundamental porque “nunca tínhamos sido capazes de consumir tanto território em tão poucos anos, nem de transformá-lo com tal velocidade”.

Ao apostar na ampliação dos “limites” geográficos e temáticos das paisagens e ao incentivar a busca de respostas objetivas para problemáticas complexas, a Convenção Europeia da Paisagem pode dar importantes pautas para ampliação dos nossos saberes e, talvez, para o melhor desempenho social e ambiental de nossas produções.

*Ana Rosa de Oliveira*

## PRÊMIO DA PAISAGEM

A Associação dos Parques Paisagísticos Lower Silesian, Polônia, venceu a edição 2012-2013 do “Prêmio da Paisagem do Conselho da Europa”.

Parcialmente ocupado por uma antiga base aérea soviética até 1992, a área do Parque de Przemokowski, gerido pela associação, foi objeto de uma grande intervenção entre 1999 e 2009. O programa de revitalização da paisagem promoveu a recuperação e conservação dos valores naturais em consonância com o desenvolvimento de atividades que visassem o seu desenvolvimento econômico por meio do turismo, agricultura, educação ambiental e produção de energia. Inserido na bacia do rio Szprotawa, a intervenção incidiu sobre áreas protegidas, mas também sobre espaços agrícolas. Por isso procurou envolver as comunidades locais, das quais faz parte uma comunidade cigana, e os agricultores nas atividades de conservação. O projeto incluiu a recuperação de áreas naturais, dos caminhos rurais e do sistema de drenagem, incluindo ainda o desenvolvimento de diversos projetos educativos dirigidos às crianças e aos jovens.